

Centrão atende aos sindicalistas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Retroatividade a partir da data de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a 1.º de fevereiro de 1987, para base de cálculo do pagamento da chamada indenização progressiva: com esta medida o Centrão pretende substituir a estabilidade no emprego proposta pela Comissão de Sistematização e atender, em parte, as reivindicações dos sindicalistas com os quais se reuniram anteriormente.

Essa proposta será levada aos presidentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, e do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, na próxima reunião com o Centrão, segunda ou terça-feira. Ela garantiria a todos os trabalhadores metalúrgicos pelo menos um ano de estabilidade contra a demissão imotivada, quando, então, o trabalhador teria garantido já um ano de indenização progressiva (o pagamento de um mês de salário, além do aviso prévio e o FGTS).

Um dos líderes e articuladores do Centrão, o deputado Roberto Cardoso

de Alves (PMDB-SP), considera que a proposta de garantia de pelo menos um ano de estabilidade, que seria assegurado nas disposições transitórias da futura Constituição, enquanto o princípio geral ficaria no artigo 7.º do texto permanente, tem grandes condições de agradar a trabalhadores e a empresários, uma vez que a retroatividade completa, como queriam os sindicalistas, seria impossível, e garantia nenhuma seria uma injustiça. Antes de achar a solução, o Centrão queria dar garantia de indenização progressiva apenas a partir da promulgação da futura Constituição, com o que concordam os empresários.

No fechamento da parte dos direitos sociais, o líder do PTB na Câmara e na Constituinte, Gastone Righi (SP), não conseguiu convencer os seus colegas do Centrão a incluir na futura Constituição o pagamento de férias no valor de um terço a mais do que o salário normal. Mas vai apresentar a emenda, que considera de grande valor social, como sua proposta individual.

Ao fechar o capítulo da ordem social, o Centrão garantiu que o cál-

culo para a fixação dos proventos da aposentadoria será feito com base no salário-contribuição dos últimos 12 meses trabalhados pelo aposentado, garantida a correção monetária necessária à atualização dos proventos no seu poder real de compra.

Pensão

Outra inovação apresentada pelo Centrão, ainda com base em emendas que foram submetidas pelo deputado Gastone Righi ao grupo, é a garantia de pagamento de pensão aos viúvos de ambos os sexos (atualmente, apenas as mulheres têm direito à pensão do marido falecido) e que os pensionistas não perderão o direito de voltarem a casar, o que ocorre hoje.

A emenda do Centrão referente ao capítulo II do título II, que trata dos direitos sociais, garante como direito do trabalhador a estabilidade após 12 meses com garantia de indenização progressiva no caso de dispensa imotivada e nos casos de força maior, na forma da lei. Além disso considera direitos do trabalhador ur-

bano e rural o seguro desemprego, o FGTS, salário mínimo unificado, irredutibilidade do salário, 13.º salário, jornada de trabalho não superior a oito horas diárias e a 44 horas semanais, horas extras no valor de 50% da hora normal, licença à gestante com duração de 120 dias sem prejuízo do emprego e remuneração, salário família, proteção do empregado quando atingido pela automação, seguro contra acidentes de trabalho e proibição de distinção de diferença de salários por motivos de sexo, cor, estado civil ou idade e de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

A parte relativa à organização sindical ainda não está fechada entre a cúpula do Centrão e os sindicalistas, o que deverá ser resolvido na próxima reunião entre os dois grupos, em Brasília. O Centrão dá garantia ao direito de greve nos termos que a lei fixar futuramente, prevendo que na hipótese de greve serão adotadas providências que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis e que os abusos cometidos durante o período de greve sejam os responsáveis às penas da lei.



Alencar Monteiro

Históricos acham que governo já rompeu com o PMDB

“Quem quiser sair pode ficar em casa”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PMDB não precisa mais romper com o governo, por que o governo já rompeu com o PMDB. Esta deverá ser a colocação básica da reunião, nesta manhã, dos históricos do PMDB, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. O grupo mais à esquerda, integrado ao “Movimento de Unidade Progressista” (MUP) está exigindo uma reunião consequente. “Se for aguada, mais de 20 parlamentares começarão a deixar o PMDB”, disse um de seus líderes, deputado Jorge Hage (BA).

Para o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, “quem estiver pensando em comparecer à reunião para se despedir do partido, não tem nada a fazer lá. Pode ficar em casa”. A recomendação foi feita pelo senador anteontem, à noite, em seu apartamento de Brasília, durante encontro informal com cerca de 80 peemedebistas históricos do MUP.

Covas e o senador José Richa acham que a reunião de hoje não é o local nem o momento para declarar o rompimento de relações do PMDB com o governo. A decisão seria de competência da convenção nacional. Os históricos defendem a convenção depois de promulgada a nova Constituição, mas o MUP prefere “convenção já” para aprovar o “rompimento já”.

Os integrantes do MUP, entretanto, sentindo a reação de líderes do grupo histórico, como Covas, Franco Montoro e José Richa — contrária à declaração de guerra ao governo — já estão admitindo a tese de que o governo é que rompeu com o PMDB.

Aceita essa colocação, haverá um trabalho de “corpo a corpo”, junto aos ministros considerados “peemedebistas”, para convencê-los a deixarem o governo. Somente serão procurados Almir Pazzianotto, Luiz Henrique, Renato Archer, Iris Rezende e Celso Furtado. Há informação de que, desse grupo ministerial, o mais resistente ao pedido de renúncia seria Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) e, o menos resistente, Almir Pazzianotto (Trabalho).

Líderes do grupo histórico rejeitam que a declaração de rompimento, com a imediata convocação da convenção nacional do partido,

poderia criar riscos à estabilidade da transição. Daí as reações contrárias ao radicalismo do MUP — que tem o apoio, entre outros, de Fernando Henrique, Pimenta da Veiga, Euclides Scalco, Hélio Duque e Walmor de Lucca.

Os coordenadores do MUP informaram que a facção mais à esquerda, mesmo defendendo a “convenção já”, aceitaria sua convocação logo após a promulgação da nova Constituição. “O importante é lutar pela unidade do centro-esquerda com a esquerda do PMDB”, comentou Jorge Hage. A reunião deve decidir pelas eleições presidenciais ainda neste ano.

O coordenador da bancada do PMDB pernambucano, deputado Maurílio Ferreira Lima, estava ontem irritado com a radicalização do MUP. Ele participou do encontro de quinta-feira à noite, no apartamento de Mário Covas, revelando que o líder deixou claro o objetivo da reunião desta manhã: identificar os peemedebistas que pretendem trabalhar no sentido de salvar o partido do atual desprestígio da opinião pública urbana. E acrescentou Maurílio: “A reunião não é o velório do PMDB, mas o marco inicial de um processo de guerra política interna contra os inimigos do partido”.

Para o deputado pernambucano, “o MUP, com suas colocações, é tão perniciosa à nossa legenda quanto a direita que se infiltrou no PMDB”. Na sua opinião, combatendo o partido, mas não saindo, “os integrantes do MUP têm comportamento indecoroso, uma agressão aos que querem lutar pelo PMDB”.



Osмир Lima

Projeto dá independência ao Acre

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Fica reconhecida a existência político-jurídica do Estado Independente do Acre, assim constituído em 27 de janeiro de 1903, por José Plácido de Castro, declarando-se nula sua incorporação ao Brasil. Esta é a emenda apresentada ao projeto de nova Constituição pelo deputado Osмир Lima (PMDB-AC).

De acordo com a proposta do constituinte acreano, o Brasil e o Estado Independente do Acre disciplinarão, através de tratado bilateral, as situações jurídicas reais e obrigacionais e demais direitos constituídos pelo Brasil em solo acreano, durante o período de incorporação territorial.

Justificando a sua proposta, Osмир Lima afirma, lamentando o abandono do seu estado: “Hoje, falta-nos esperança”. E acrescenta: “Por todas as desmandos e descasos aqui apresentados, nós, como legítimos descendentes dos heróis revolucionários, que regaram com sangue e suor o solo acreano, chegamos à conclusão de que fomos enganados pela pátria que nos incorporou como enjeitados da fortuna”.

Para o deputado Osмир Lima resta ao Acre “traído em sua boa-fé, o caminho da desincorporação, o do trilhar caminhos próprios, mesmo com o atraso de 84 anos”.

Comunista quer mulher no Planalto

“Estamos um tanto desconfiados da capacidade do político brasileiro. Depois de 155 anos de domínio absoluto dos homens, eles não jogaram o País para a frente, como deveriam ter feito”, Ombrafo, feito ontem, em Brasília, pelo deputado Fernando Santana (PTB-BA), foi provocado pela presença da deputada Irma Passoni (PT-SP) na presidência da sessão da Câmara (ela é suplente da Mesa). Ele completou dizendo esperar que a presidência daquela Casa venha a ser ocupada efetivamente por uma mulher, assim como a Presidência da República. Fernando Santana reforçou a sua ideia, acrescentando que se o sistema de governo, a ser estabelecido na futura Constituição, for mesmo o parlamentarismo, espera que o cargo de primeiro-ministro também seja exercido por uma mulher, a exemplo do que acontece na Inglaterra.

Em dois dias, 470 emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Já são 470 as emendas apresentadas pelos parlamentares ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. No primeiro dia deram entrada 271 emendas, e no segundo, 199. Os temas predominantes, até agora, são o mandato presidencial e a concessão de aposentadoria com salário integral, além da sucessão a Sarney, data e sistema de eleições, desestatização do setor de saúde, questões sindicais e redução dos gastos do governo.

Em relação ao mandato presidencial, as opiniões se dividiram: há quem queira cinco anos, com eleições gerais em 1990 (Asdrubal Bentes, PMDB-PA, Enoc Vieira, PFL-MA, e José Carlos Martinez, PMDB-PR), e quem prefira os quatro anos, com eleições gerais em novembro deste ano (Zilza Valadares, PMDB-MG, Maurício Correa, PDT-DF, e Gerson Marcondes, PMDB-SP). A diferença entre as propostas destes três é a data da posse.

Eleições simultâneas em 15 de novembro de 1989 de presidente e vice-presidente, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, é a proposta do deputado Gilson Machado (PFL-PE). A emenda prevê eleições municipais e presidenciais em 89 e de governador, senador e deputados federais e estaduais a 15 de novembro de 1990.

feitos eleitos em 1982 teriam um mandato de sete anos, embora eleitos para quatro, prorrogados para seis, com eleições previstas para 15 de novembro deste ano. E os eleitos em 1985, os prefeitos das capitais, teriam mandato de quatro anos, embora eleitos para um “tampão” de três. Vilani considera “uma temeridade” a realização de eleições para prefeitos e vereadores este ano (e mais ainda para presidente da República). Isso seria “esvaziar Brasília a partir de junho e julho”, argumenta.

ELEIÇÃO ESTE ANO

Eleição e posse do sucessor de Sarney, por voto direto, ainda em agosto deste ano, é a proposta que surgiu dentro do movimento denominado “histórico” do PMDB, que patrocina a apresentação da emenda que estabeleça eleições 90 dias após a data da promulgação da nova Constituição, que se pretende seja em abril.

A proposta foi a solução encontrada pelos chamados “cardéis” do partido (entre os quais se incluem Fernando Henrique, Mário Covas, José Richa e Franco Montoro), para impedir o esfacelamento do PMDB, dividido entre os que apoiam Sarney e os que pretendem a desvinculação definitiva entre o partido e o governo, estes últimos concentrados no MUP — Movimento de Unidade Partidária. Exposta inicialmente na quinta-feira, numa reunião de cerca de 65 “históricos” no apartamento do senador Mário Covas, a ideia de aceleração da promulgação da Constituição, seguida de eleições presidenciais, superaria a questão da duração do mandato, e evitaria o rompimento formal entre o partido e o governo. As últimas articulações para a apresentação desta solução na reunião que os históricos fazem hoje foram realizadas ontem, no gabinete do senador José Richa, com a presença do ex-governador Franco Montoro, ex-ministro Bresser Pereira, deputados Márcio Braga, Euclides Scalco e Hélio Duque, do senador Ronan Tito, e de uma equipe liderada pelo professor Hélio Jaguaribe.

Outra das propostas a serem apresentadas hoje será a opção pelo parlamentarismo, sistema preferido por uma parcela cada vez maior da cúpula peemedebista. Bresser Pereira deverá apresentar uma alternativa econômica baseada no tripé contenção do déficit público/controlar a inflação/soberania nas negociações internacionais.

REELEIÇÃO E REFERENDO

Eleições gerais, de presidente a vereador, mas a 7 de setembro de 1989, permitida a reeleição do presidente Sarney e dos atuais governadores, será a emenda que o deputado Heráclito Fortes (PI), da direção nacional do PMDB e do “grupo do posse”, vai apresentar terça-feira. A posse dos eleitos seria a 15 de novembro de 1989. A proposta estabelece ainda que os senadores eleitos a 15 de novembro de 1986 terão os seus nomes submetidos a referendo popular. Se não conseguirem 30% dos votos, o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 45 dias, marcará eleições suplementares para o Senado.

Justificando a proposta de transferir de 88 para 89 as eleições gerais, o deputado Heráclito Fortes, dos mais ligados a Ulysses Guimarães, afirmou que a realização do pleito pouco depois de promulgada a nova Constituição “causaria traumas à nova ordem constitucional, além de agravar as tensões sócio-políticas e as dificuldades econômico-financeiras do País”.

CENTRÃO

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, vai apresentar duas emendas no capítulo dos direitos sociais, que considera um grande avanço em termos de organização sindical. A primeira diz que a associação profissional é livre, e a segunda assegura a eleição de um representante dos empregados nas empresas com mais de 200 funcionários. Além disso, o Centrão vai sugerir a desestatização do setor saúde, incluindo a atuação da iniciativa privada como alternativa de escolha de assistência para a população.

Carta pode sair em 31 de março, diz Inocêncio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Até 31 de março, a Constituição será promulgada”, previu, ontem em Brasília, o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira. “Ao lado do Plano Cruzado, o PMDB cometeu outro estelionato eleitoral, quando pretendeu convencer o eleitorado de que a Constituinte seria a varinha de condão para resolver todos os problemas. Com isso gerou expectativas exageradas e frustração. Acho, porém, que a 31 de março estará tudo terminado. Todos estamos loucos para entregar a Constituição ao povo”, acentuou.

Para o líder do PDS na Câmara, Amaral Neto (RJ), contudo, a “Constituição só será promulgada a 18 de outubro”, na hipótese de não haver obstruções e os trabalhos de votação em dois turnos do projeto de Constituição serem realizados em jornadas diárias de oito horas, de forma ininterrupta, sem folga aos sábados, domingos, feriados, carnaval nem Semana Santa.

Amaral Neto disse que todos os cálculos que fez foram baseados numa posição otimista, sabendo de antemão que serão realizadas apenas sessões de quatro horas de duração de terça a quinta-feira, porque “ninguém fica em Brasília entre sexta e segunda-feira”. Além disso, afirmou que duvida que os deputados fiquem

em Brasília no carnaval e na Semana Santa.

Os cálculos de Amaral Neto sustentaram o Centrão e muitos colegas dentro do grupo fizeram apelos para que ele não divulgasse os números, que prevêm 287 dias para a conclusão dos trabalhos constitucionais, com trabalho ininterrupto. Um deles foi o deputado Basílio Villani (PMDB-PR), um dos principais articuladores do Centrão, que considerou um “exagero pessimista” a previsão de Amaral Neto.

“Se houver entendimento entre as lideranças partidárias, a gente pode votar tudo amanhã”, explicou Amaral Neto, ao considerar impossível a promulgação da futura Constituição sem um entendimento geral. Ele disse que o grande responsável por todas as expectativas erradas em relação à promulgação da Constituição é o multipresidente Ulysses Guimarães, que já marcou 7 de setembro e 15 de novembro do ano passado e, agora, o fim de fevereiro, como data-limite para a conclusão dos trabalhos constituintes.

“O Ulysses está brincando com fogo ao falar da promulgação da Constituição ainda em fevereiro. Isso é o desejo dele, mas é só consultar o regimento interno para perceber que isso é impossível. Só começarão a votação, em plenário, no próximo dia 27”, afirmou Amaral Neto, completando: “A Constituição será promulgada dia 18 de outubro”.



Lincoln Magalhães

“É hora de parar de mendigar”

“É hora de acabar com os prefeitos de pires na mão, mendigando recursos. E para que os estados e municípios possam se desenvolver, sem ficar atrelados à União, a reforma tributária precisa ser feita com urgência, apesar da manifestação contrária do presidente José Sarney e do Centrão”. A afirmação é do presidente da Associação Paulista dos Municípios, Lincoln Magalhães, que em resposta às pressões do Planalto contra o item da reforma tributária aprovada pela Comissão de Sistematização — a ser votada em plenário e propondo maior participação dos municípios na distribuição dos recursos arrecadados através do Imposto de Renda e do IPT — pretende reunir todas as lideranças municipalistas do País dia 28, no Palácio dos Bandeirantes.

Segundo informou Lincoln Magalhães, secretário de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo e prefeito licenciado de Rio Claro, após o encontro do dia 28 os prefeitos se reunirão com os governadores de seu estado e, ainda, com as bancadas federais. Toda essa movimentação é para forçar os constituintes a aprovar em plenário a reforma tributária, sem modificações, conforme aprovada pela Sistematização.

Contestando a afirmação de Sarney, de que a reforma tributária, se aprovada, levará o País de volta aos anos 50, Lincoln Magalhães diz que “já passou o tempo em que as cidades só precisavam de verba para a construção de charafizes”. E completa: “É inadmissível que a cidade de Manaus receba os mesmos Cz\$ 3 bilhões que todo o Estado de São Paulo, a fundo perdido”.

Bresser confirma afastamento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que participou ontem de reuniões prévias do grupo histórico do PMDB, declarou que, informalmente, é cada vez maior o afastamento entre o partido e o governo. Bresser disse ainda que o movimento dos chamados históricos, entre os quais se inclui, é uma tentativa de se evitar dissolução do partido, dividido entre os que apoiam o governo e os que preferem a desvinculação definitiva de Sarney. Bresser declarou também que só faz sentido a sua permanência do PMDB se este mantiver sua identidade como um partido de centro-esquerda, democrata, comprometido com o povo e com a seriedade.

O ex-ministro acredita que, “à medida que chegou ao poder, o PMDB se desvirtuou como partido. Mas não creio que a doença do PMDB seja mortal. Prova disso é a movimentação atual em torno das eleições presidenciais em 1988. Não é um rompimento com Sarney, a não ser que ele assim o entenda”. Indagado se a antecipação das eleições não seria arriscada para o PMDB, Bresser disse que uma das características de seu partido é “não ser assim tão oportunista. Prova disso foram as eleições para as prefeituras de capitais, em 1985. O comprometimento do PMDB com seus princípios é muito grande. Creio que ele ganha as eleições presidenciais, desde que o candidato escolhido esteja bem distante do governo atual”, concluiu.



Um pretexto, uma licença

Dores nas costas, torcicolos, maus jeitos, luxações, nervosismo — esses ou qualquer outro pretexto podem ser usados pelos funcionários públicos do Rio Grande do Sul para pedir — e conseguir, diante da benevolência dos médicos da rede estadual — licenças para tratamento de saúde e dispensas do trabalho. Um levantamento feito pela Secretaria de Modernização Administrativa e Recursos Humanos constatou terem sido concedidas 50.850 licenças no ano passado — são 180.409 funcionários nas administrações direta e indi-

reta, o que significa que, em média, um de 3,5 funcionários tirou licença. Igualmente elevada foi a média de dias parados por funcionário: 7,3 — índice que subiu para 11,5 na área do magistério.

Diante dessas estatísticas, o secretário de Modernização Administrativa e Recursos Humanos, José Sancho Felice, anunciou ontem, em Porto Alegre, ter sido criada uma comissão de auditoria, em conjunto com a Secretaria de Saúde, que fará o exame de cada laudo expedido pelos médicos.

Capela francesa
LICEU PASTEUR
Rua Mairinque, nº 256
(metrô Santa Cruz)

Aberta a todos, com missas aos sábados às 18:00 hs (em português) e aos domingos às 10:45 hs (em francês).

Com estacionamento livre e parque infantil.

Paróquia de Sta. Teresinha
Higienópolis
Rua Maranhão, 617

Horário das missas dominicais:

7h, 8h, 9h, 10h, 11h, 12h, 18h e 19h

IGREJA DE SÃO JOSÉ

HORÁRIO DAS MISSAS

2ª feira: 7:00 e 8:00 hs
3ª e 6ª feira: 7:00, 8:00 e 17:00 hs
Sábados: 7:00, 8:00 e 15:00 hs
Domingos e Dias Santos: 7:30, 10:00, 11:00, 12:00, 18:00 e 19:00 hs

Rua Dinamarca - J. Europa
C/estacionamento